



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008337-19.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar**
 Requerente: **MARCOS ANTONIO PEREIRA**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Marcos Antonio Pereira move ação de obrigação de fazer c/c pedido de antecipação de tutela contra o Município de São Carlos, objetivando a condenação do réu na obrigação de fazer consistente em realizar cirurgia no 4º dedo de sua mão esquerda, com a concessão de tutela de urgência para o imediato cumprimento, vez que está aguardando há mais de um ano e o réu está sendo negligente com o caso.

Tutela de urgência indeferida, fls. 18.

O Município de São Carlos "reconheceu a procedência do pedido", pugnando ainda por providência a fim de se verificar a efetiva necessidade da cirurgia assim como que, confirmada a necessidade desta, seja deferido prazo não inferior a 60 dias – salvo agendamento, pelo Hospital, superior a tal lapso temporal – para a efetivação do procedimento, que será custeado pelo Município-réu, haja vista a assunção da responsabilidade institucional pela Secretaria Municipal de Saúde. Também ofereceu impugnação ao valor da causa.

O autor ofertou réplica.

1008337-19.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Município de São Carlos manifestou-se no sentido de que a sua responsabilidade esgotou-se com o encaminhamento do autor ao Hospital Estadual de Américo Brasiliense, fls. 49/50.

Sobre essa manifestação disse o autor às fls. 57.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O Município de São Carlos diz que reconheceu o pedido, mas na realidade não o fez. Afirmar, abstratamente, que reconhece a sua responsabilidade institucional, para a seguir acrescentar uma série de condicionantes e restrições, não é o mesmo que reconhecer o pedido. No presente caso, o autor pede a condenação do Município a imediatamente realizar a cirurgia. O réu, porém, não só afirma que não há a possibilidade (nem exigibilidade) de realização imediata como, na petição de fls. 49/50, diz que já esgotou sua participação no caso e, a partir de agora, nada mais depende dele. Entretanto, a cirurgia sequer aconteceu ainda, o que demonstra com clareza que de reconhecimento do pedido não se trata.

Prosseguindo, cabe observar que essa manifestação de fls. 49/50 não prospera, porquanto o usuário do serviço e ações de saúde pode mover a ação contra qualquer esfera da federação, a responsabilidade é solidária e descabe o chamamento ao processo, cabendo aos entes públicos, eventualmente, promover o accertamento de suas responsabilidades *a posteriori*, se o caso mediante ação própria.

Aplicam-se, nesse sentido, as seguintes Súmulas do E. TJSP.

Súmula 29: Inadmissível denunciação da lide ou chamamento ao processo na ação que visa ao fornecimento de medicamentos ou insumos.

Súmula 37: A ação para o fornecimento de medicamento e afins pode ser proposta em face de qualquer pessoa jurídica de Direito Público Interno.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido, no processo judicial não é relevante o fato de o autor ter sido encaminhado a um Hospital Estadual e a ação ter sido movida apenas contra o Município. A pretensão é exigível diretamente da Municipalidade, a quem compete articular-se com o Estado para a prestação de saúde.

No mérito, a ação é procedente, porém não se deve estabelecer neste momento o prazo para o cumprimento da obrigação de fazer.

Com efeito, verificamos às fls. 17, 35/44, e 51/54, a necessidade da cirurgia já foi constatada e reafirmada no âmbito do próprio Sistema Único de Saúde.

Por outro lado, não há demonstração de que esteja havendo uma espera, para a sua efetivação, lesiva aos direitos do autor. Como esclarecido às fls. 52/53, há uma classificação das cirurgias em emergenciais, urgentes e eletivas, avaliação que compete aos profissionais de saúde. O caso do autor está recebendo atendimento com a rapidez possível, observando-se que foi avaliado no Hospital Estadual de Américo Brasiliense – AME em 15/09/2017. Ele está em acompanhamento.

É claro que, independentemente de qualquer ordem judicial, deve o Poder Público exercer adequadamente sua missão constitucional na prestação do serviço de saúde, realizando a cirurgia de modo tempestivo e em conformidade com o caso concreto. Todavia, no presente caso, até o presente momento não se demonstrou nem comprovou a violação a direito do autor, razão pela qual não se estabelecerá, por ora, um prazo para a realização da cirurgia, o que poderá gerar indevido tratamento preferencial do autor em detrimento de outros pacientes, distorção maléfica advinda da excessiva judicialização na área de saúde.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para CONDENAR a(s) parte(s) ré(s) a realizar adequada e tempestivamente a cirurgia em discussão nos autos.

Acolho a preliminar de impugnação ao valor da causa, de folhas 28/30, para R\$ 1.089,98, que é o custo da cirurgia conforme demonstrado pelo Município de São Carlos. Anote-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se.

Condeno o autor em 1/3 das custas e despesas, observada a AJG, isento o réu da parcela (2/3) que lhe caberia.

Condeno o autor em honorários devidos ao Município, arbitrados, por equidade, em R\$ 300,00, considerando a singeleza da causa.

Condeno o Município em honorários devidos ao patrono do autor, arbitrados, por equidade, em R\$ 300,00, considerando também a singeleza da causa assim como o fato de o réu ter oferecido pouca resistência ao pedido.

Por fim, prazo de 15 dias úteis para o Município de São Carlos trazer informação atualizada sobre o caso do autor, indicando, inclusive, a data estimada para a realização da cirurgia. No silêncio, poderá ser presumida a negligência com o caso e ser fixada judicialmente data para a realização da intervenção cirúrgica, com a concessão de tutela de urgência.

P.I.

São Carlos, 17 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**